



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N - TEL/FAX 0(XX)18 - 3273-9300
CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO-SP

LEI Nº. 2612/09

Dispõe sobre: Criação da Procuradoria Jurídica do Município, sua organização, atribuições e dá outras providências.

JULIANO RIBEIRO GARCIA, Prefeito do Município de Álvares Machado, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica criada a Procuradoria Jurídica do Município de Álvares Machado, diretamente vinculada ao Gabinete do Prefeito, nos termos da presente Lei.

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIA

Artigo 2º - A Procuradoria Jurídica do Município será constituída com o seguinte quadro de pessoal:

Emprego Público	Provimento	Referência Inicial/Final	Quantidade
Procurador Geral do Município	Comissão	13 D	1
Procurador do Município	Carreira	13 A/H	2

Artigo 3º - À Procuradoria Geral do Município, órgão integrante do Poder Executivo, compete:

- a) exercer a representação judicial e extrajudicial do Município, bem como a consultoria jurídica do Poder Executivo;
- b) exercer as funções de assessoria técnico-jurídica do Poder Executivo;
- c) promover a cobrança de dívida ativa municipal;
- d) emitir parecer em consulta formulada pelo Prefeito Municipal e pelos diretores das divisões administrativas;
- e) auxiliar o controle interno dos atos administrativos;
- f) desempenhar outras tarefas correlatas.

CAPÍTULO II – DA PROCURADORIA GERAL

Artigo 4º - O Procurador Geral do Município será escolhido dentre advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, nomeado em comissão pelo Prefeito Municipal sendo que, um dos procuradores de provimento em comissão será nomeado como procurador chefe, responsável pela procuradoria jurídica do município.

Artigo 5º - São atribuições do Procurador Geral:

- a) supervisionar e coordenar as atividades da área jurídica do Município;
- b) emitir pareceres propondo ao Prefeito Municipal medidas jurídicas;
- c) receber citações, intimações e notificações nas ações em que o Município seja parte;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PRAÇA DA BANDEIRA S/N - TEL/FAX 0(XX)18 - 3273-9300
CEP 19160-000 - ÁLVARES MACHADO-SP

- d) assessorar a Administração Municipal na elaboração da proposta orçamentária do Município;
- e) firmar, como representante legal do Município, contratos, convênios e outros ajustes de qualquer natureza;
- f) firmar, conjuntamente com o Prefeito Municipal, os atos translativos de domínio de bens imóveis de propriedade do Município, ou daqueles que vierem a ser por estes adquiridos.
- g) Desenvolver outras atribuições que lhes foram delegadas.

CAPÍTULO III – DOS PROCURADORES MUNICIPAIS

Artigo 6º - As vagas do emprego público de Procurador do Município, pertencente ao quadro permanente de carreira, serão preenchidas mediante concurso público de provas e títulos, observada a ordem rigorosa de classificação dentre os candidatos com formação mínima de bacharel em direito e inscritos na OAB.

Artigo 7º - São atribuições dos Procuradores Municipais;

- a) representar o Município em juízo, ativa e passivamente, promovendo sua defesa em todas e quaisquer ações;
- b) promover a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa e dos demais créditos do Município;
- c) elaborar informações a serem prestadas pelas autoridades do Poder Executivo em Mandatos de Segurança ou Mandatos de Injunção;
- d) emitir parecer sobre matérias relacionadas com processo judiciais em que o Município tenha interesse;
- e) apreciar previamente os processos de licitação, as minutas de contratos, convênios, acordos e demais atos relativos às obrigações assumidas pelos órgãos da administração municipal.
- f) Apreciar todo e qualquer ato que implique alienação do patrimônio imobiliário municipal, bem como autorização, permissão e concessão de uso;
- g) Subsidiar os demais órgãos em assuntos jurídicos e desempenhar outras funções correlatas.

CAPÍTULO IV – DA JORNADA DE TRABALHO

Artigo 8º - A jornada de trabalho dos Procuradores Municipais é de 20 (vinte) horas semanais, nos termos do artigo 20 da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia).

CAPÍTULO V – DAS PRERROGATIVAS E DEVERES

Artigo 9º - Aos Procuradores do Município aplicam-se as vedações e as incompatibilidades previstas na Lei 8.906/1994 (Estatuto da Advocacia).

Artigo 10 – São prerrogativas dos Procuradores do Município:

- a) não ser constrangido de qualquer modo a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;
- b) requisitar, sempre que necessário auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições;